

Na 2.^a metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal¹

Mariana Diniz e Victor S. Gonçalves*

Resumo

Foi intenção dos autores apresentar um conjunto de dados referentes aos inícios da actividade arqueológica em Portugal, na 2.^a metade do século XIX. Reflectem sobre o contexto cultural e político que permitiu a criação de sociedades arqueológicas, de museus, de revistas mais ou menos especializadas. Contexto cultural que integrou, de forma definitiva, o conhecimento arqueológico no discurso científico moderno.

Abstract

The authors present and discuss the beginnings of institutional archaeology in Portugal, in the second half of 19th century, and its repercussions in the cultural and political context in which archaeology societies, museums, first scientific excavations, took place. The Portuguese intellectual elite was aware of the most important theories by that time, theories like Positivism and Evolutionism.

¹ Uma primeira versão de este texto foi apresentada em Madrid, 27-29, Novembro, no *II Congreso de la Historiografía de la Arqueología en España*, promovido pelo CSIC. Por falta de disponibilidade dos autores para uma revisão imediata, que achavam indispensável, o texto não seria entregue para publicação nas Actas.

* Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Faculdade de Letras. PT - 1699, Lisboa Codex.

1875
1876
1877
1878
1879
1880
1881
1882
1883
1884
1885
1886
1887
1888
1889
1890
1891
1892
1893
1894
1895
1896
1897
1898
1899
1900

1901
1902
1903
1904
1905
1906
1907
1908
1909
1910
1911
1912
1913
1914
1915
1916
1917
1918
1919
1920
1921
1922
1923
1924
1925
1926
1927
1928
1929
1930
1931
1932
1933
1934
1935
1936
1937
1938
1939
1940
1941
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025

“...recomeçara a falar do Silveirinha. (...) estava enfezado, estiolado por uma educação à portuguesa: (...) nunca o lavavam para o não constipar (...). Passava os dias nas saias da titi a decorar versos, páginas inteiras do “Catecismo de Perseverança”.”

Eça de Queiroz, “Os Maias”

1. Comentário prévio

A institucionalização e a vitalidade da actividade arqueológica em Portugal na 2.^a metade do séc. XIX, num contexto em que o papel desempenhado por organismos estatais representa apenas parte de um movimento intelectual e social mais vasto, demonstra de forma inequívoca a sintonia de interesses entre uma elite cultural portuguesa, que aspira a modernizar o Reino, pela via pacífica da Ilustração ou pelo atalho agitado da Revolução, e os seus pares europeus.

As nações modernas e industrializadas, Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos da América, míticos lugares onde o progresso é também o das Artes e o das Letras, são o modelo a seguir. Os sábios portugueses unanimemente reconhecem o atraso do nosso território nas coisas da civilização “...Portugal ha tres seculos que não vive e que não pensa.” (Telles, 1890, p. 6).

A adesão, por alguns daqueles que estão envolvidos na *praxis* arqueológica, aos princípios da filosofia positivista e do evolucionismo darwiniano é responsável pelo “modelo europeu” de inquérito científico que então se produziu.

A caracterização social e cultural das personalidades envolvidas nos primeiros trabalhos arqueológicos evidencia de forma clara a diversidade de origens e percursos pessoais e a vasta gama de interesses que domina estes sábios, para quem o Conhecimento não pode ser espartilhado nos limites restritos de campos disciplinares de origem ainda recente. Sábios e naturalistas, inspirados no novo modelo de “Grande Homem”, aquele que se distingue não por feitos de armas ou por nascimento, mas pela sua contribuição para o progresso geral da Humanidade (Matos, 1992, p. 56-59).

A emergência da Arqueologia como disciplina do conhecimento é um dos resultados do novo quadro mental que se estabelece ao longo do século XIX, envolvendo profundas alterações sociais, políticas e religiosas, às quais se associa de forma mais ou menos consciente a sociedade portuguesa.

A institucionalização da Arqueologia em Portugal na segunda metade do século XIX resulta, em parte, da criação de algumas instituições de natureza, importância e objectivos distintos, mas responsáveis pela realização das primeiras escavações arqueológicas “científicas” e pela divulgação e publicação dos resultados obtidos e a criação dos primeiros conjuntos museológicos, como sejam a *Sociedade Arqueológica Lusitana* (fundada em 1849), a *Comissão Geológica de Portugal* (estabelecida em 1857), e a *Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses* (fundada em 1863).

Compreender o contexto em que se estabelece esta nova disciplina de conhecimento, e a divulgação que obteve em Portugal, implica:

1 – reconhecer a institucionalização da Arqueologia em Portugal através de evidências directas, como sejam os trabalhos de terreno: inventariação e protecção de património; escavações arqueológicas; a fundação de Sociedades Arqueológicas; a criação de revistas especializadas; a organização ou participação em congressos arqueológicos; a criação de museus;

2 – caracterizar os princípios científico-filosóficos que orientam o estudo das evidências materiais do passado;

3 – identificar a utilidade política do conhecimento arqueológico por grupos ou personalidades empenhados activamente na manutenção do *status quo*, ou na queda do modelo social vigente.

2. Uma “Idade do Ouro”?

A 2.^a metade do século XIX tem sido em Portugal considerada por vários autores como a “Idade do Ouro” da Arqueologia portuguesa, o rigor e a minúcia dos trabalhos de terreno, a colaboração interdisciplinar constante na recriação do Passado, a existência de um corpo de teoria social no qual se inscrevem os dados dispersos, são elementos que contribuem decisivamente para a aparência moderna desta Arqueologia. Arqueologia que se define enquanto estudo das *coisas antigas*, cujo campo de análise ultrapassa o objecto, atingindo o “...conjunto de todas as notícias que se possam obter acerca dos diferentes povos [recorrendo de forma sistemática à] cooperação d’outros ramos científicos [procurando na materialidade do] grande arquivo da terra...” a solidez dos factos da evolução humana (Figueiredo, 1887, p. 1-1).

A esta exaltação das Origens não será estranha a recuperação, nas décadas de 60 e 70 do nosso século, do paradigma evolucionista por parte dos arqueólogos anglo-saxónicos, gurus de alguma Arqueologia portuguesa, e o sucesso das posturas marxistas, enfim possíveis num País recentemente democratizado, aproximando o discurso inicial do que foi recentemente produzido. No entanto, uma análise atenta do discurso científico da segunda metade do século XIX demonstra claramente a diversidade de conceitos produzidos por uma sociedade distante no Tempo. Alguns tópicos, essenciais, nas “agendas” científicas dos finais

do século XIX foram ignorados nos interrogatórios arqueológicos contemporâneos, construídos segundo os ditames do novo evolucionismo.

O Conhecimento que uma geração produz e as criações teóricas e metodológicas que a caracterizam só serão continuadas no futuro se sociedades posteriores as entenderem vitais.

Garantida a antiguidade do Homem, mas sendo impossível datá-la cronometricamente, é compreensível que esta questão tenha sido abandonada nas primeiras décadas do século XX, quando a conturbada situação política europeia podia exigir outros dados sobre o passado e outras técnicas para os obter.

A segunda metade do século XIX em Portugal não é cenário temporal de uma perda e exclusiva “Idade do Ouro” na Arqueologia portuguesa. Assiste-se à substituição, entre uma elite específica, que reside na capital e na província, de uma mentalidade de Antigo Regime, cujos pilares essenciais serão Deus e o Rei, por uma nova consciência de tipo positivo, onde a Razão substitui as antigas autoridades. A fé nas instituições religiosas, políticas e militares será progressivamente abalada ao longo de toda a segunda metade do século. A “Sciencia” parece a muitos o único caminho para a felicidade social.

E esta substituição de conceitos traduz-se numa ruptura socialmente sentida ou, como em outros momentos, as novas ideias associam-se a antigas ideologias, com as quais se encontram muitas vezes em profunda contradição, sem que no entanto se verifiquem cortes decisivos com posturas passadas?

3. Monarquia e República: conhecimento e poder

A vitória em 1834 do pretendente liberal ao trono português permite o desenvolvimento de um espírito científico e tecnológico moderno, que se traduz no campo cultural pela criação de infra-estruturas do Pensamento e da Acção, liceus, escolas politécnicas, conservatórios, infra-estruturas que demonstram o expresso desejo de Portugal e do futuro homem português de igualar-se aos seus contemporâneos europeus.

O papel “revolucionário” destas instituições foi, aliás, compreendido: “Em Portugal a philosophia positiva encontrou adeptos com mais facilidade, porque a dissolução theologica fôra apressada pela educação (...) scientifica da Universidade, das Polytechnicas e das Escolas de Medicina.” (Bastos, 1881, p. 2).

Foi este clima de abertura mental ao exterior, de liberalidade com as novas ideias, que permitiu a existência, na segunda metade do século XIX, de uma elite de Sábios portugueses empenhados na infundável e imprescindível tarefa de construção de um saber global sem fronteiras definidas.

O conhecimento do Passado possível através da Arqueologia foi utilizado em prol do regime monárquico que assiste à sua institucionalização ou está fundamentalmente associado à constituição de uma ideologia laica, republicana e socialista que será responsável pela queda da monarquia na primeira década do século XX?

Os dados arqueológicos parecem ter desempenhado um duplo papel e ter sido utilizados em distintos discursos que não se excluem necessariamente: a exaltação da nacionalidade e do orgulho pátrio, a demonstração inequívoca da marcha civilizacional da Humanidade.

Regista-se uma adesão entusiástica de sectores do alto clero português à Arqueologia "...incita-nos o amor que consagramos à verdade histórica, e ao desenvolvimento das sciencias de que é subsidiaria a archeologia." (José, Bispo de Bragança, 1898, p. 59). Arqueologia que, no entanto aliada à Geologia, oferecia uma nova leitura do Homem e da Terra muito distinta da apresentada na Bíblia. Criam-se cursos de Arqueologia nos seminários, procurando, através dos párocos, obter inventários do património (Figueiredo, 1887, p. 3), numa demonstração clara da multiplicidade de posturas filosóficas que se reconhecem no estudo do passado.

A colaboração que estes indivíduos prestam em diversas revistas de extensos interesses filosófico-políticos, e por vezes de vida muito curta, traduzem a vitalidade cultural e a facilidade de associação entre Sábios provenientes de diferentes ramos do Conhecimento. Obras realizadas por empenhados Sábios, que concederam importância decisiva à Arqueologia, fonte única de conhecimento de um, ainda tão obscuro e distante, passado humano.

Na revista de filosofia *O Positivismo*, dirigida por Teófilo Braga e Júlio de Matos, participam regularmente Consiglieri Pedroso e Teixeira Bastos, grupo de intelectuais que vamos encontrar como colaboradores de *Era Nova* – Revista do Movimento Contemporâneo, ao lado de Leite de Vasconcellos, Francisco Paula e Oliveira, nomes que pertenceram também ao grupo da revista *PORTVGALLA*, onde figuravam personalidades como Adolfo Coelho, Basílio Telles, Carolina Michaelis, F. Alves Pereira, Gabriel Pereira, Vieira Natividade, Martins Sarmento, Santos Rocha, entre outros.

São décadas de descoberta e inventariação do património natural ou histórico. Em 1876, publica-se a primeira carta geológica de Portugal, em 1881 realiza-se a Expedição Científica à Serra da Estrela, em 1885 inaugura-se o Jardim Zoológico de Lisboa, em 1898 o Aquário Vasco da Gama.

Se a principal metáfora científica da segunda metade do século XIX provém do evolucionismo biológico de Darwin, a importância concedida pelos fiéis de Comte à Sociologia atribui um protagonismo às ciências sociais e humanas, capazes de descobrir as intrincadas leis que regem o corpo social, ao qual não podiam ficar indiferentes os políticos progressistas, cada vez mais conscientes da força motriz que exerce na História esse Povo anónimo e numeroso. Gente humilde, que importa integrar na grande corrente do progresso através da ilustração, vulgarizando o Conhecimento, tornando as novas técnicas conhecidas, porque alguns "Esqueciam que as classes trabalhadoras não se revoltam porque as ilumina a luz da instrução" (Guimarães, 1884, p. 11).

Enquanto gestores de organismos sociais alguns políticos tomarão consciência das potencialidades do conhecimento, no entanto parecem reconhecer que não é possível descobrir leis sociais utilizando apenas a informação produzida pelo conhecimento histórico baseado em documentos escritos.

A descoberta da antiguidade do Homem exige técnicas que permitam caracterizar culturalmente grupos humanos que, sendo distantes no tempo, são igualmente necessários a um conhecimento efectivo do Homem enquanto espécie.

A utilidade da Arqueologia justifica-se porque é esta uma técnica/ciência, capaz de recuperar dados e conferir sentido social ao conhecimento produzido, e que assegura para além do domínio do presente, conseguido através de uma imensidão de ciências exactas e da natureza, o controle da dimensão temporal da odisseia humana.

Nos sábios portugueses, que na segunda metade do século XIX, se dedicam entre outras múltiplas formas de saber à Arqueologia, distinguem-se algumas características que irão permanecer como linhas de força nas comunidades arqueológicas vindouras.

A dependência total face a modelos teóricos de proveniência exógena que são adoptados com incondicional entusiasmo, ainda que muitas vezes de forma simplificada e sem o conhecimento directo da fonte, situação que se evidencia o domínio de línguas estrangeiras e uma curiosidade ecuménica, traduz também uma ausência de reflexão interna e uma consequente dificuldade em produzir paradigmas científicos originais.

A importância decisiva dos poderes autárquicos, numa inequívoca demonstração da já histórica vivacidade dos municípios apoiando as distintas etapas do trabalho arqueológico. O desenvolvimento de uma actividade cultural em grande medida assente no voluntarismo de um indivíduo ou pequeno grupo, actividade que mesmo institucionalizada dificilmente sobrevive ao desaparecimento do seu impulsionador: “Após dez annos de trabalhos e de prosperidade para a secção de Archeologia [d’ O Instituto de Coimbra] veio a decadencia, e por fim o abandono completo. Os principaes influentes morreram; outros cansaram e desanimaram vendo-se sós. (...) O Museu transformou-se numa espelunca immunda, onde as aranhas e o caruncho trabalhavam à sua vontade.” (Vasconcellos, 1896, p. 276).

A tradicional dependência política, económica e cultural face a algumas nações europeias, sobretudo Grã-Bretanha e França, justificará a existência de ciclos culturais semelhantes aos verificados nas áreas de inspiração social. O sucesso e o abandono das perspectivas evolucionistas entre a elite nacional acontece em sintonia com a adesão e a recusa deste paradigma por parte de outros sábios europeus.

Os “arqueólogos” portugueses, aqueles que efectuam trabalho de terreno, responsáveis pelas escavações arqueológicas dominam em maior ou menor grau o enquadramento teórico em que se movem, aludem de forma mais ou menos directa nos seus textos às correntes filosóficas em que se inscrevem, no entanto não ultrapassam a descrição mais ou menos exaustiva dos materiais e estruturas encontradas, a caracterização tecnológica e antropológica das comunidades humanas do passado, não produzindo eles próprios leis fundamentais do devir humano.

Pretendem sobretudo estes arqueólogos atingir conhecimento, enveredar na promissora via do Progresso, para o qual contribuem através da Ciência imparcial, objectiva, simples apreensão da Realidade...

A utilização social e política dos conhecimentos arqueológicos é fundamentalmente praticada por outros cientistas, com as mais distintas formações culturais, sem contacto directo com a realidade empírica, permitindo uma perniciosa distinção entre aqueles destinados aos trabalhos de terreno e outros com capacidade intelectual para pensar os resultados.

Assim encontramos utilizações directas do conhecimento arqueológico em revistas progressistas de pequena difusão, mas de ambiciosos objectivos sociais, como acontece nas páginas de *O Positivismo* – Revista de Filosofia, lançada em 1878, dirigida por Teófilo Braga e Júlio de Matos, republicanos convictos, incapazes de isolar pensamento teórico e acção social.

Tornam-se "... as sciencias o unico poder espiritual da sociedade moderna." (Pedroso, 1878, p. 11), poder ao alcance desta elite maioritariamente burguesa cujo estatuto social provem não do nascimento, mas do saber.

Negando o papel do Grande Homem na História, admitindo apenas as leis da evolução como causa da mudança consideram-se, no entanto estes homens guias mentais de uma humanidade ainda não completamente rendida aos esplendores do Positivismo, ainda enredada nas malhas do "...regimen theologico e metaphysico...do velho espirito sacerdotal..." (Conceição, 1878, p. 174).

A derradeira revolução conduzirá ao poder esta sapiente burguesia, o irmão proletário deverá apenas aguardar o tempo suficiente para que a natural evolução das coisas, biológicas e sociais, lhe ofereça melhores condições de vida, ou não têm as ciências demonstrado, e entre elas a Arqueologia, "... que seguramente o mundo não é bom; mas o mundo de ha cem annos sómente, era mil vezes mais abominavel que o d' hoje... este novo mundo, cheio de promessas... é a burguesia que o devemos." (Mattos, 1879, p. 65).

É a esta burguesia triunfante que a lei da selecção natural, exigindo o triunfo do mais forte, assenta exemplarmente, eles são os mais capazes economicamente e os mais bem apetrechados científica e tecnologicamente, capazes de derrotar uma aristocracia anacrónica e um povo analfabeto. A evolução, como destino das espécies, não coloca entraves à sua ascensão social.

Se o conhecimento de uma forma geral e a informação arqueológica em particular podem ser utilizados para combater a poderosa trilogia Inquisição – Companhia de Jesus – Monarquia, consolidando as bases de uma sociedade laica, democrática e portanto aparentemente moderna, a ciência demonstra também a importância da Raça enquanto agente histórico, variável que permite a evolução ou condena ao atraso irrecuperável muitos grupos humanos.

A Arqueologia, enquanto ciência dedicada ao estudo e recuperação das fórmulas sociais dos homens comuns do passado, responde aos anseios democráticos sentidos por muitos daqueles que a praticam.

Procura-se "...o substractum da nacionalidade, o que há de primitivo e original, desde remotas origens até hoje (...). São postas de lado as manifestações eruditas das sciencias, artes lettras e industrias." (Severo, 1898, p. 3).

No entanto, a Arqueologia portuguesa oitocentista foi também apoiada e de alguma forma protegida pela decadente monarquia, se por um lado empenhada no esforço de modernização da nação, procurava igualmente a reabilitação da sua imagem pública.

A inexistência de conflitos acerca das já centenárias fronteiras políticas de Portugal parece ter dispensado empreendimentos arqueológicos oficiais destinados a comprovar a antiguidade dos limites do Estado-Nação.

Parece ausente dos primórdios da Arqueologia em Portugal uma etapa romântica, este movimento de grande impacto na literatura e na arquitectura nacional, terá como seu representante no domínio arqueológico um monarca estrangeiro, Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, responsável pelos trabalhos arqueológicos na capela românica e no Castelo dos Mouros em Sintra. Monarca protector da SAL, que em 1 de Dezembro de 1849 se desloca ao Paço das Necessidades para um beija-mão real (Xaro, 1850, p. 3). A presença monárquica traduz-se fundamentalmente no patrocínio de associações e eventos culturais, a RAACAP, protegida por D. Fernando e D. Luís, este último figura tutelar do IX CIAAP, realizado em Lisboa, em 1880.

4. Sábios e sociedades

Na segunda metade do século XIX, não se pratica em Portugal apenas uma única Arqueologia, verifica-se ao invés uma multiplicidade de objectivos, de técnicas, de formas de entender os limites e as possibilidades da disciplina, panorama coerente com a emergência de uma nova disciplina, praticada por “amadores” e sem estrutura académica que organize a transmissão de técnicas e conhecimentos.

Os esforços realizados a partir de 1859 no âmbito do Curso Superior de Letras, procurando criar um gabinete de arqueologia e procurando integrar no plano de estudos uma cadeira destinada ao estudo de esta ciência não produziram até ao final do século qualquer resultado (Matos, 1991, p. 373-378).

Os Sábios portugueses envolvidos na institucionalização da Arqueologia podem ser agrupados genericamente em quatro categorias principais, que não se auto-excluem;



Fig. 1 – Charles Darwin, *Vanity Fair*, 1871.



Fig. 2 – E. Cartailhac, *O Occidente*, 1880.



Fig. 3 – Nery Delgado, *O Occidente*, 1880.



Fig. 4 – Carlos Ribeiro e Estácio da Veiga, *O Occidente*, 1880.

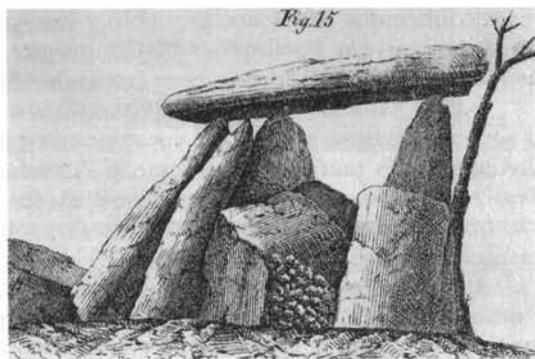


Fig. 5 – Anta do Alijó. *Relatório de Arqueologia, Expedição Científica à Serra da Estrela*, 1881.

1 – aqueles que pertencem à Comissão Geológica de Portugal, responsáveis pela realização das primeiras escavações arqueológicas científicas;

2 – os que são membros da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes fundada em 1863 com o patrocínio do rei D. Fernando II;

3 – os que criam ou se inscrevem em *Sociedades Archeologicas* ou culturais, na província e os que praticam Arqueologia isolados de organismos estatais ou particulares.

A produção e divulgação do conhecimento assentam em algumas destas instituições que muitas vezes se encontram associadas: uma sociedade cultural, um Museu, publicação de uma revista ou boletim de divulgação.

Sociedades	Museus	Publicações periódicas
O Instituto, Secção de Arqueologia	Museu Ethnographico Português	O Archeologo Português
Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses	Museu de O Instituto	O Instituto
Sociedade Archeologica da Figueira	Museu do Carmo	Boletim
Sociedade Archeologica Lusitana	Museu	Boletim
Sociedade Carlos Ribeiro		Anaes
Sociedade Martins Sarmento	Museu	Revista de Ciências Naturais e Sociais
		Revista de Guimarães

Fazem parte da direcção, desde 1857, da *Comissão Geológica de Portugal* Carlos Ribeiro, F. A. Pereira da Costa e J. Nery Delgado, praticantes de uma Arqueologia geológica, directamente envolvidos em questões tão prementes como a da existência no nosso solo do Homem Terciário, a contemporaneidade do Homem e de fauna à muito extinta, a antropofagia dos trogloditas.

Naturalistas responsáveis pelo reconhecimento geológico do reino, são estes os sábios que no terreno identificam sítios pré-históricos, construindo uma Arqueologia independente de qualquer fonte escrita.

As preocupações de natureza estratigráfica, o domínio da antropologia física e da paleontologia, a utilização de paralelos etnográficos, conferem às publicações da Comissão Geológica uma evidente qualidade, que tornou os seus autores reconhecidos pares dos arqueólogos europeus, com crédito científico capaz de organizar em Portugal o IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, corria o ano de 1880.

A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes é, desde o seu início, uma instituição vocacionada para a identificação, conservação e divulgação do património cultural. J. Possidonio Narciso da Silva, fundador da Real Associação, arquitecto da Casa Real, foi também presidente desta associação que em 1866 publica uma relação dos seus sócios divididos em duas únicas categorias: "Architecto" e "Amador"...

Ainda que muitos naturalistas, como Carlos Ribeiro, sejam sócios da REAAP é nesta instituição que se acolhe, sobre a real protecção, alguma ilustrada aristocracia portuguesa como o Conde de Ficalho ou pares do reino de desconhecidos interesses culturais.

Em contraponto a uma Arqueologia de terreno, fundamentalmente dedicada à Pré-História praticada pelos membros da Comissão Geológica, a Arqueologia produzida pelos sócios da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes é sobretudo caracterizada por dedicar uma maior atenção a épocas históricas, Clássica e Medieval, onde a epigrafia, a numismática, a análise de documentos escritos conhecem um grande destaque.

Entre as Sociedades com fins culturais que se multiplicam pela província, demonstração da vivacidade cultural de cidades e de indivíduos afastados da metrópole, destacam-se a Sociedade Archeológica da Figueira fundada em 1897 por Santos Rocha, advogado de profissão, prospector e escavador de antigualhas neolíticas, de dólmenes, povoados proto-históricos e romanos, e a Sociedade Martins Sarmiento fundada em Guimarães no ano de 1883, responsável pela publicação da Revista de Guimarães.

Foram objectivos prioritários destas Sociedades o reconhecimento, o estudo e a divulgação de um património regional, a identificação das raízes, mais ou menos gloriosas, de uma comunidade e a integração no mundo ilustrado das pequenas elites portuguesas.

O carácter fundamentalmente artefactual e arquitectónico dos seus trabalhos demonstra a necessidade imediata de dados concretos e tangíveis, maior que o desejo, ou a possibilidade, de integrar académicas discussões acerca do devir humano.

Enquanto investigador isolado a figura de Estácio da Veiga é a de maior importância. Autor das notáveis *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, reclama dos poderes oficiais uma atenção à Arqueologia, que se materializa-se não só em investimentos financeiros, mas também num "Programma para a instituição dos estudos archeologicos em Portugal" que ele próprio redige.

Para Estácio da Veiga, a inventariação e descrição do património arqueológico nacional são tarefas prioritárias, só nestas circunstâncias será possível salvar da ruína e destruição vestígios que materializam a história pátria.

Para a conservação e apresentação desses vestígios assiste a nação a uma proliferação de Museus, entre outros:

- 1863: Museu da Associação dos Architectos Civis
- 1873: Museu de *O Instituto*
- 1880: Museu Archeológico de Elvas
- 1885: Museu de Guimarães
- 1893: Museu Etnográfico Português
- 1894: Museu Archeológico da Câmara de Beja
- 1894: Museu Municipal da Figueira da Foz
- 1895: Museu Archeológico de Alcácer do Sal
- 1895: Museu Archeológico em Moncorvo (projecto não concretizado)
- 1895: Museu archeológico lapidar Infante D. Henrique
- 1895: Museu Municipal de Vila Real (projecto não concretizado)
- 1897: Museu de Braga
- 1897: Museu de Bragança
- 1897: Museu Eborensis

Museus que enriquecem os seus espólios a partir de doações de particulares, de aquisições mais ou menos sistemáticas de artefactos de escavações reali-

zadas em qualquer ponto do País pelos seus directores ou colaboradores. É sua função contribuir para a preservação e divulgação de um património adquirido, exhibir aos locais e visitantes as características arqueológica, etnográficas e naturais de uma região.

A vitalidade da Arqueologia nacional demonstra-se também através do número de monografias publicações periódicas, algumas de muito curta duração, que se dedicam na totalidade ou em parte substancial a esta nova ciência, como sejam as monografias arqueológicas da Comissão Geológica de Portugal publicadas a partir de 1865, os *Annaes da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* a partir de 1867, *Revista Archeológica e Histórica* fundada em 1877, a *Revista de Guimarães* a partir de 1884, o *Archeologo Português* publicado a partir de 1895.

5. Da Razão ao Mito

“– Nem para o amor, nem para a glória, nem para o dinheiro, nem para o poder...

A lanterna vermelha do americano, ao longe, no escuro parara. E foi em Carlos e em João da Ega uma esperança, outro esforço:

– Ainda o apanhamos!

– Ainda o apanhamos!

De novo a lanterna deslizou e fugiu. Então, para apanhar o americano, os dois amigos romperam a correr desesperadamente pela Rampa de Santos e pelo Aterro, sob a primeira claridade do luar que subia.”

Eça de Queiroz, “Os Maias”

A Arqueologia que se institucionaliza na segunda metade do século XIX em Portugal não é uma disciplina uniforme, nem quanto aos seus objectivos e métodos nem quanto às características dos seus praticantes.

Militares esclarecidos, engenheiros positivistas, aristocratas liberais, burgueses ilustrados, republicanos socialistas, architectos dedicados ao passado, são alguns dos fundadores desta nova disciplina, para a qual encontram diferentes utilidades. Une-os, no entanto, o desejo expresso de aclarar obscuras origens, de conhecer por um trabalho de Razão o que podia estar, até então, sobre o domínio do mito.

“Ainda o apanhamos!”, é a frase chave que une, naquele Portugal fim de século, dois mundos e duas realidades.

Lisboa – Santo Amaro de Oeiras – S. Pedro do Corval, Primavera/Verão de 1997

Bibliografia

- BASTOS, T. (1881) – Era Nova – o Positivismo como guia político da sociedade. *Era Nova*. Lisboa, 1, p. 2-18.
- BOTO, M. C. P. (1895) – Archeologia Algarvia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 1, p. 136-138.
- CONCEIÇÃO, A. (1878) – O Amor e o casamento. *O Positivismo*. Porto: Livraria Universal. 1, p. 171-187.
- CRUZ, P. B. (1896) – Museu Municipal da Figueira da Foz. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 2, p. 234-236.
- CRUZ, P. B. (1897) – Museu Municipal de Bragança. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 3, p. 99-100.
- DINIZ, M. (1994) – *Acerca das cerâmicas da gruta da Furninha, Peniche, e da problemática da neolitização do Centro/Sul de Portugal*. Lisboa: Faculdade de Letras. Trabalho policopiado.
- FIGUEIREDO, A. B. e SOUSA, A. (1887) – Ao leitor. *Revista Archeologica e Historica*. Lisboa. 1, p. 1-4.
- GONÇALVES, V. S. (1980) – *Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal. 1880-1891*. Lisboa: História e Crítica.
- GONÇALVES, V. S. (1980) – *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Archeologia Pré-Históricas, Lisboa, 1880: uma leitura, seguida da "crónica" de Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- GUIMARÃES, A. S. (1884) – Razão d' Ordem para o futuro Boletim. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 1. p. 1-24.
- JOSÉ, Bispo de Bragança (1898) – Circular do Rev.º Bispo de Bragança sobre Archeologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 4, p. 58-62.
- MATOS, S. C. (1991) – O Curso Superior de Letras e a vulgarização histórica em Portugal: projectos em confronto, 1858-1901. *In História da Universidade*. Coimbra. vol. 1, p. 367-388.
- MATOS, S. C. (1992) – História, positivismo e função dos grandes homens no último quartel do séc. XIX. *Penélope*. Lisboa. 8, p. 51-71.
- MATTOS, J. de (1879-1880) – Blanquisme et opportuniste. *O Positivismo*. Porto: Livraria Universal. 2.^o ano. 1-5, p. 60-65.
- PEDROSO, C. (1878) – Disciplina mental. *O Positivismo*. Porto: Livraria Universal. 1, p. 5-15.
- PIRES, A. T. (1901) – Catálogo do Museu Archeologico de Elvas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 6, p. 209-236.
- SEVERO, R. (1898) – Prospecto. *Portugalia*. Porto. t. 1. 1-4, p. 1-3.
- SILVA, J. R., (1993) – Passos Manuel e o Setembrismo. In MEDINA, J., dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. p. 255-264.
- TELLES, B. (1890) – Orgão dos trabalhos da Sociedade Carlos Ribeiro. *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes*. Porto. 1, p. 1-6.
- VASCONCELLOS, A. (1896) – Secção de Archeologia do Instituto de Coimbra – Museu de Antiguidades. *O Instituto*. Coimbra. 2, p. 273-277.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1895) – Catálogo do Museu de Beja. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 1, p. 19-20.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1895) – Museu archeologico de Alcaccer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 1, p. 46-47.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1897) – Museu Municipal de Braga. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 3, p. 78-80.
- XARO, M. G. (1950) – Historia da fundação e trabalhos da Sociedade Archeologica Lusitana, inaugurada na villa de Setubal no dia 9 de novembro de 1849. *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*. Lisboa. 1, p. 2-3.

The first part of the report
 deals with the general
 situation of the
 country and the
 progress of the
 war. It is
 followed by a
 detailed account
 of the military
 operations and
 the results of
 the campaigns.
 The report
 concludes with
 a summary of
 the state of
 the country and
 the prospects
 for the future.

The second part of the report
 deals with the
 financial situation
 of the country and
 the progress of
 the war. It is
 followed by a
 detailed account
 of the military
 operations and
 the results of
 the campaigns.
 The report
 concludes with
 a summary of
 the state of
 the country and
 the prospects
 for the future.